

EDITAL N° 14/2026

<p>PROCESSO ADMINISTRATIVO: N° 5310/2026 EDITAL: N° 14/2026 LICITAÇÃO: 90014/2026 UASG: 981167</p>	<p>Modalidade: Pregão Eletrônico Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE, considerando o VALOR GLOBAL VALOR: : R\$ 783.529,65 (setecentos e oitenta e três mil, quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos)</p>
<ul style="list-style-type: none"> • DATA DA DISPONIBILIDADE DO EDITAL: DIA 06/05/2026 ÀS 08H. • ABERTURA DA LICITAÇÃO: 20/05/2026 ÀS 09H. <p>ENDEREÇO ELETRÔNICO: HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR</p>	<p>OBJETO: REGISTRO DE PREÇO (SRP) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET E COFFEE BREAK, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRIPIRI, DURANTE A REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, FORMAÇÕES CONTINUADAS, REUNIÕES PEDAGÓGICAS, SEMINÁRIOS E DEMAIS ATIVIDADES OFICIAIS.</p>
<p>Órgão Realizador: <u>PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPIRI</u> Endereço: Superintendência de Licitações e Contratos, Secretaria Municipal de Administração - Av. Deputado Raimundo Holanda, S/N° - Morro da Saudade; CEP: 64260-000 Horário de expediente: 08:00h às 13:30h (horário local)</p>	
<p>AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO: CAIO TUPINAMBÁ RODRIGUES LUSTOSA- Portaria N° 268/2025 -, de 22 de janeiro de 2025. EQUIPE DE APOIO: Deoclécio Freire De Macêdo Júnior, Edinete Carvalho Do Nascimento, - Francisca Rafaela Da Silva Eleutério, Holayna Silva Fernandes, Marcus Daniell Alves E Silva, Mirele Suelen Martins Gregório. Portaria N° 268/2025 -, de 22 de janeiro de 2025.</p>	<p>E-MAIL: COPEL.LICITACAO2021@GMAIL.COM</p>
<p>VALOR ESTIMADO</p>	<p>VALOR ESTIMADO : R\$ 783.529,65 (setecentos e oitenta e três mil, quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos) <input checked="" type="checkbox"/> (X) ESTIMADO <input type="checkbox"/> () MÁXIMO <input type="checkbox"/> () REFERÊNCIA <input type="checkbox"/> () SIGILOSO</p>
<p>NATUREZA DO OBJETO</p>	<p><input type="checkbox"/> () AQUISIÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> (X) SERVIÇO</p>
<p>PARTICIPAÇÃO – MEI / ME /EPP</p>	<p><input type="checkbox"/> () Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 <input type="checkbox"/> () Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06. <input checked="" type="checkbox"/> (X) Licitação de Ampla Participação com justificativa.</p>
<p>SUBCONTRATAÇÃO</p>	<p><input type="checkbox"/> () Permitida a subcontratação no limite legal de 30% do objeto. <input checked="" type="checkbox"/> (x) Vedada a subcontratação.</p>

OBSERVAÇÃO:

Na hipótese de o interessado em participar da licitação tiver dificuldades de localizar o procedimento no Sistema Comprasnet, poderá seguir o procedimento abaixo, indicado pela equipe de atendimento SIASG:

Passo a passo: PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL > Serviços do fornecedor > Dispensa/Licitação Eletrônica (Novo) > Todas as Compras > Preencher: Modalidade, Unidade Compradora (981167 – no caso do Prefeitura Municipal de PíriPíri) e Número da Compra > Clicar no botão PESQUISAR > Clicar no botão com três traços (Acompanhar COMPRA) > Clicar em Termo de aceitação. Declaro que cumpro e estou ciente de todas as declarações contidas no termo de aceitação > Clicar no botão Confirmar > Em ITENS clicar na seta ao final para que sejam exibidas mais informações e preencher os campos abertos para ao final clicar no botão SALVAR.

DEFINIÇÕES DA PARTE ESPECÍFICA.

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	<input type="checkbox"/> POR ITEM (lances se darão pelo valor total de cada item) <input checked="" type="checkbox"/> POR LOTE "MENSAL" (lances se darão pelo valor total de cada lote) <input type="checkbox"/> GLOBAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO E INTERVALO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES	<input type="checkbox"/> GLOBAL <input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO "MENSAL" POR LOTE <input checked="" type="checkbox"/> MAIOR DESCONTO POR LOTE <input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM, <input type="checkbox"/> MAIOR DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> TABELA DE PREÇO PRATICADA NO MERCADO O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo) à R\$ 0,10 (Dez centavos).
CONSÓRCIO	<input type="checkbox"/> Poderão participar empresas em consórcio, <input checked="" type="checkbox"/> Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.
VALIDADE DA PROPOSTA	A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.
MODO DE DISPUTA	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO <input type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO <input type="checkbox"/> FECHADO E ABERTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPIRI-PI
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO- CPL/PMP-PI
PREGÃO ELETRÔNICO
Prefeitura de Piripiri

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026
Processo Administrativo nº 5310/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Prefeitura de Piripiri, por meio do(a) CPL, sediado(a) Av. Deputado Raimundo Holanda, s/n, bairro Morro da Saudade, na cidade de Piripiri/PI, CEP 64260-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 20/05/2026

Hora Inicial : 09:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇO (SRP) Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de buffet e coffee break, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Piripiri, durante a realização de eventos institucionais, formações continuadas, reuniões pedagógicas, seminários e demais atividades oficiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4. e 3.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.4. e 3.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.12. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a

partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela

Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estipulado no Termo de Referência.

5.1.2. Valor mensal do grupo expresso em Reais (R\$)

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos)
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.
- 6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.
- 6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.19.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.19.2.2 empresas brasileiras;
- 6.19.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semiintegrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos exigidos para a habilitação são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de

realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2.Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3.Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4.Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7.Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8.Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9.O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10.A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11.É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12.A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13.A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. Forma e critérios de seleção do fornecedor / Habilitação jurídica:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971. 12.2.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.19. Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de Regularidade fiscal perante as fazendas Públicas estadual e distrital/municipal.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) O fornecedor detentor do menor preço, qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- g) A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o fornecedor qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências.
- h) Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por fornecedor qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- i) A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas, com a reabertura da sessão pública.

8.20. Qualificação Econômico-Financeira.

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); (Caso não conste na Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados da data

da sua emissão).

- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- c) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- e) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- g) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- h) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- i) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- j) As microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional, para atendimento do item 10.4.2., poderão apresentar qualquer um dos documentos idôneos a seguir relacionados, que possibilitem a comprovação da qualificação econômico-financeira: cópia da declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais ou cópia do livro-caixa com o registro de escrituração da movimentação financeira e bancária, nos termos do art. 25 e 26, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006.

8.21. Qualificação Técnica

- a) Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível em características com o objeto desta licitação, por intermédio da apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

8.22. Outras comprovações

- a) declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação;
- b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

9. DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:
 - a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
 - b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 1 (um) dias úteis; ou
 - c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 1 (um) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
 - 9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
 - 9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).
- 9.5. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela

Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 1 (um) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico copel.licitacao2021@gmail.com

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
- 13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 13.1.5. fraudar a licitação;
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.2.1. advertência;
- 13.2.2. multa;
- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 2% a 13% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 16% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: copel.licitao2021@gmail.com

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico copel.licitao2021@gmail.com

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

15.11.2. ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.11.3. ANEXO III - Declaração de Fato Superveniente Impeditivo

15.11.4. ANEXO IV - Declaração de Inexistência de Empregados Menores

15.11.5. ANEXO V - Declaração de Enquadramento

15.11.6. ANEXO VI - Modelo de Carta-Proposta para Fornecimento

15.11.7. ANEXO VII - Minuta do Termo de Contrato

15.11.8. ANEXO VIII - MATRIZ DE RISCOS

Piripiri-PI, 30 de março de 2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **buffet e coffee break**, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de PíriPíri, durante a realização de eventos institucionais, formações continuadas, reuniões pedagógicas, seminários e demais atividades oficiais.

LOTE 1 – BUFFET –R\$ 555.000,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil reais)

ITENS	PRODUTO	QUANT	VALOR POR PESSOAS	VALOR TOTAL
01-ENCONTRO DE INTEGRAÇÃO SEDUC	<ul style="list-style-type: none"> • ÁGUA MINERAL • REFRIGERANTE • SUCO DE FRUTAS NATURAIS • CAJUÍNA • JANTAR OU ALMOÇO: 02 TIPOS DE ARROZ, QUATRO SALADAS, FAROFA, MASSA COM MOLHO O CREME DE GALINHA • OPÇÃO DE BUFFET COM MASSAS TIPO RODÍZIO: PIZZAS, LASANHAS, 03 TIPOS DE MASSAS COM 02 TIPOS DE MOLHO E DIVERSOS ACOMPANHAMENTOS • LOUÇA – PORCELANA/VIDRO • DESLOCAMENTO DA EQUIPE PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO, GARÇONS, AUXILIARES DE COZINHA E GERENTE DE EQUIPE UNIFORMIZADOS. • FORNECIMENTO DE MESAS DE APOIO, TOALHAS DE MESA, ARRANJOS DE FLORES, BALDES DE GELO, GUARDANAPOS. • FORNECIMENTO DE MESAS E CADEIRAS PARA OS CONVIDADOS 	200 PESSOAS	R\$ 150,00	R\$ 30.000,00
02- JORNADA DE GESTORES - DIRETORES E COORDENADORES ESCOLARES	<ul style="list-style-type: none"> • ÁGUA MINERAL • REFRIGERANTE • SUCO DE FRUTAS NATURAIS • CAJUÍNA • JANTAR OU ALMOÇO: 02 TIPOS DE ARROZ, QUATRO SALADAS, FAROFA, MASSA COM MOLHO O CREME DE GALINHA • OPÇÃO DE BUFFET COM MASSAS TIPO RODÍZIO: PIZZAS, LASANHAS, 03 TIPOS DE MASSAS COM 02 TIPOS DE MOLHO E DIVERSOS ACOMPANHAMENTOS • LOUÇA – PORCELANA/VIDRO 	300 PESSOAS	R\$ 150,00	R\$ 45.000,00

	<ul style="list-style-type: none"> • DESLOCAMENTO DA EQUIPE PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO, GARÇONS, AUXILIARES DE COZINHA E GERENTE DE EQUIPE UNIFORMIZADOS. • FORNECIMENTO DE MESAS DE APOIO, TOALHAS DE MESA, ARRANJOS DE FLORES, BALDES DE GELO, GUARDANAPOS. • FORNECIMENTO DE MESAS E CADEIRAS PARA OS CONVIDADOS 			
03- SEMANA PEDAGÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> • ÁGUA MINERAL • REFRIGERANTE • SUCO DE FRUTAS NATURAIS • CAJUÍNA • JANTAR OU ALMOÇO: 02 TIPOS DE ARROZ, QUATRO SALADAS, FAROFA, MASSA COM MOLHO O CREME DE GALINHA • OPÇÃO DE BUFFET COM MASSAS TIPO RODÍZIO: PIZZAS, LASANHAS, 03 TIPOS DE MASSAS COM 02 TIPOS DE MOLHO E DIVERSOS ACOMPANHAMENTOS • LOUÇA – PORCELANA/VIDRO • DESLOCAMENTO DA EQUIPE PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO, GARÇONS, AUXILIARES DE COZINHA E GERENTE DE EQUIPE UNIFORMIZADOS. • FORNECIMENTO DE MESAS DE APOIO, TOALHAS DE MESA, ARRANJOS DE FLORES, BALDES DE GELO, GUARDANAPOS. • FORNECIMENTO DE MESAS E CADEIRAS PARA OS CONVIDADOS 	1.000 PESSOAS	R\$ 150,00	R\$ 150.000,00
04- PRÊMIO PROFESSORES DE PIRIPIRI	<ul style="list-style-type: none"> • ÁGUA MINERAL • REFRIGERANTE • SUCO DE FRUTAS NATURAIS • CAJUÍNA • JANTAR OU ALMOÇO: 02 TIPOS DE ARROZ, QUATRO SALADAS, FAROFA, MASSA COM MOLHO O CREME DE GALINHA • OPÇÃO DE BUFFET COM MASSAS TIPO RODÍZIO: PIZZAS, LASANHAS, 03 TIPOS DE MASSAS COM 02 TIPOS DE MOLHO E DIVERSOS ACOMPANHAMENTOS • LOUÇA – PORCELANA/VIDRO • DESLOCAMENTO DA EQUIPE PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO, GARÇONS, 	600 PESSOAS	R\$ 150,00	R\$ 90.000,00

	<p>AUXILIARES DE COZINHA E GERENTE DE EQUIPE UNIFORMIZADOS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • FORNECIMENTO DE MESAS DE APOIO, TOALHAS DE MESA, ARRANJOS DE FLORES, BALDES DE GELO, GUARDANAPOS. • FORNECIMENTO DE MESAS E CADEIRAS PARA OS CONVIDADOS 			
05- ENCERRAMENT O CICLO FORMATIVO PPAIC	<ul style="list-style-type: none"> • ÁGUA MINERAL • REFRIGERANTE • SUCO DE FRUTAS NATURAIS • CAJUÍNA • JANTAR OU ALMOÇO: 02 TIPOS DE ARROZ, QUATRO SALADAS, FAROFA, MASSA COM MOLHO O CREME DE GALINHA • OPÇÃO DE BUFFET COM MASSAS TIPO RODÍZIO: PIZZAS, LASANHAS, 03 TIPOS DE MASSAS COM 02 TIPOS DE MOLHO E DIVERSOS ACOMPANHAMENTOS • LOUÇA – PORCELANA/VIDRO • DESLOCAMENTO DA EQUIPE PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO, GARÇONS, AUXILIARES DE COZINHA E GERENTE DE EQUIPE UNIFORMIZADOS. • FORNECIMENTO DE MESAS DE APOIO, TOALHAS DE MESA, ARRANJOS DE FLORES, BALDES DE GELO, GUARDANAPOS. • FORNECIMENTO DE MESAS E CADEIRAS PARA OS CONVIDADOS 	300 PESSOAS	R\$ 150,00	R\$ 45.000,00
06- ENCERRAMENT O CICLO FORMATIVO AVANÇA IDEB	<ul style="list-style-type: none"> • ÁGUA MINERAL • REFRIGERANTE • SUCO DE FRUTAS NATURAIS • CAJUÍNA • JANTAR OU ALMOÇO: 02 TIPOS DE ARROZ, QUATRO SALADAS, FAROFA, MASSA COM MOLHO O CREME DE GALINHA • OPÇÃO DE BUFFET COM MASSAS TIPO RODÍZIO: PIZZAS, LASANHAS, 03 TIPOS DE MASSAS COM 02 TIPOS DE MOLHO E DIVERSOS ACOMPANHAMENTOS • LOUÇA – PORCELANA/VIDRO • DESLOCAMENTO DA EQUIPE PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO, GARÇONS, AUXILIARES DE COZINHA E GERENTE DE EQUIPE UNIFORMIZADOS. 	400 PESSOAS	R\$ 150,00	R\$ 60.000,00

	<ul style="list-style-type: none"> • FORNECIMENTO DE MESAS DE APOIO, TOALHAS DE MESA, ARRANJOS DE FLORES, BALDES DE GELO, GUARDANAPOS. • FORNECIMENTO DE MESAS E CADEIRAS PARA OS CONVIDADOS 			
07- FORMATURA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	<ul style="list-style-type: none"> • ÁGUA MINERAL • REFRIGERANTE • SUCO DE FRUTAS NATURAIS • CAJUÍNA • JANTAR OU ALMOÇO: 02 TIPOS DE ARROZ, QUATRO SALADAS, FAROFA, MASSA COM MOLHO O CREME DE GALINHA • OPÇÃO DE BUFFET COM MASSAS TIPO RODÍZIO: PIZZAS, LASANHAS, 03 TIPOS DE MASSAS COM 02 TIPOS DE MOLHO E DIVERSOS ACOMPANHAMENTOS • LOUÇA – PORCELANA/VIDRO • DESLOCAMENTO DA EQUIPE PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO, GARÇONS, AUXILIARES DE COZINHA E GERENTE DE EQUIPE UNIFORMIZADOS. • FORNECIMENTO DE MESAS DE APOIO, TOALHAS DE MESA, ARRANJOS DE FLORES, BALDES DE GELO, GUARDANAPOS. • FORNECIMENTO DE MESAS E CADEIRAS PARA OS CONVIDADOS 	500 PESSOAS	R\$ 150,00	R\$ 75.000
08 - SOLENIDADE DE PREMIAÇÃO GESTÃO ESCOLAR DE RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> • ÁGUA MINERAL • REFRIGERANTE • SUCO DE FRUTAS NATURAIS • CAJUÍNA • JANTAR OU ALMOÇO: 02 TIPOS DE ARROZ, QUATRO SALADAS, FAROFA, MASSA COM MOLHO O CREME DE GALINHA • OPÇÃO DE BUFFET COM MASSAS TIPO RODÍZIO: PIZZAS, LASANHAS, 03 TIPOS DE MASSAS COM 02 TIPOS DE MOLHO E DIVERSOS ACOMPANHAMENTOS • LOUÇA – PORCELANA/VIDRO • DESLOCAMENTO DA EQUIPE PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO, GARÇONS, AUXILIARES DE COZINHA E GERENTE DE EQUIPE UNIFORMIZADOS. 	400 PESSOAS	R\$ 150,00	R\$ 60.000,00

	<ul style="list-style-type: none"> • FORNECIMENTO DE MESAS DE APOIO, TOALHAS DE MESA, ARRANJOS DE FLORES, BALDES DE GELO, GUARDANAPOS. • FORNECIMENTO DE MESAS E CADEIRAS PARA OS CONVIDADOS 			
--	--	--	--	--

LOTE 2 – R\$ 228.529,65

COFFEE BREAK – OPÇÕES DE SALGADOS, DOCES, PÃES, BOLOS, CALDOS, SALADAS, SUCOS, CHOCOLATES E CAFÉS, SERVIDOS DE MANEIRA ORGANIZADA E DENTRO DOS PADRÕES SANITÁRIOS EXIGIDOS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V.UNIT	V.TOTAL
01	BOLO DOCE PEDAÇO 100G	UND	5.000	R\$ 2,76	R\$ 13.800,00
02	BOLO SALGADO PEDAÇO 100G	UND	5.000	R\$ 2,85	R\$ 14.250,00
03	PÃO DE QUEIJO	UND	5.000	R\$ 1,95	R\$ 9.750,00
04	MINI SANDUICHE 100G	UND	2.500	R\$ 3,13	R\$ 7.825,00
05	PÃO COM PATÊ	UND	2.500	R\$ 2,67	R\$ 6.675,00
06	BOLO FRITO DE POVILHO	UND	2.500	R\$ 3,16	R\$ 7.900,00
07	TORTA DE FRANGO PEDAÇO 150 G	UND	2.500	R\$ 7,07	R\$ 17.675,00
08	SANDUICHE NATURAL	UND	2.500	R\$ 10,50	R\$ 26.250,00
09	CACHORRO QUENTE	UND	6.000	R\$ 7,05	R\$ 42.300,00
10	SALADA DE FRUTAS POTE 250 ML	POTE	2.500	R\$ 9,00	R\$ 22.500,00
11	CALDO DE CARNE POTE 200 ML	POTE	1.000	R\$ 4,47	R\$ 4.470,00
12	SALGADINHOS VARIADOS(PASTEL,COXINHA, CANUDINHO)	CENTO	100	R\$ 40,87	R\$ 4.087,00
13	BOLO DE MARACUJÁ 1KG	UND	30	R\$ 64,33	R\$ 1.929,90
14	BOLO DE MILHO 1KG	UND	50	R\$ 32,33	R\$ 1.616,50
15	BOLO DE CENOURA 1KG	UND	30	R\$ 6,75	R\$ 202,50
16	BOLO DOCE SIMPLES 1KG	UND	60	R\$ 20,95	R\$ 1.257,00
17	BOLO DE CHOCOLATE S/ COBERTURA 1KG	UND	25	R\$ 30,63	R\$ 765,75
18	BOLO DE CHOCOLATE C/ COBERTURA 1KG	UND	25	R\$ 36,68	R\$ 917,00
19	ROSCA SIMPLES 1KG	UND	50	R\$ 34,47	R\$ 1.723,50
20	ROSCA DE QUEIJO 1K	UND	25	R\$ 35,32	R\$ 883,00
21	SUCO NATURAL DE GOIABA	LT	500	R\$ 15,33	R\$ 7.665,00
22	SUCO NATURAL DE ACEROLA	LT	500	R\$ 15,80	R\$ 7.900,00
23	SUCO NATURAL DE CAJÁ	LT	500	R\$ 17,28	R\$ 8.640,00
24	CHOCOLATE QUENTE	LT	100	R\$ 19,97	R\$ 1.997,00
25	CAFÉ PURO	LT	100	R\$ 18,02	R\$ 1.802,00
26	CAFÉ COM LEITE	LT	200	R\$ 20,43	R\$ 4.086,00
27	REFRIGERANTE DE COLA 2LT	UND	250	R\$ 13,97	R\$ 3.492,50
28	REFRIGERANTE DE UVA 2LT	UND	250	R\$ 11,83	R\$ 2.957,50
29	REFRIGERANTE GUARANÁ 2L	UND	250	R\$ 12,85	R\$ 3.212,50

2.JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO, MEMÓRIA DE CÁLCULO E FUNDAMENTAÇÃO NO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

VALOR TOTAL: R\$ 783.529,65 (setecentos e oitenta e três mil, quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco

centavos)

- 2.1.1 A definição dos quantitativos referentes aos Lotes 1 e 2 fundamenta-se no planejamento estratégico anual da Secretaria Municipal de Educação de Píripíri. O dimensionamento da demanda foi rigorosamente estruturado a partir do histórico de eventos da pasta, da necessidade contínua de capacitações e reuniões pedagógicas da rede municipal de ensino, e da análise pormenorizada da execução contratual anterior para objeto idêntico. Esta metodologia analítica atende de forma irrestrita ao Princípio do Planejamento e às diretrizes de dimensionamento de compras estatuidas no Artigo 18 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.1.2 Durante o exercício financeiro, a Secretaria Municipal de Educação executa uma multiplicidade de atividades institucionais imperativas para a formação continuada dos profissionais, para a integração da rede de ensino e para o aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa. Estes encontros mobilizam um expressivo contingente de professores, gestores escolares, coordenadores, técnicos administrativos e convidados institucionais, exigindo a disponibilização de uma infraestrutura adequada de recepção e alimentação para garantir o aproveitamento integral e ininterrupto das atividades.
- 2.1.2 O escopo destas ações programadas abrange, precipuamente, a realização de jornadas pedagógicas de abertura e encerramento do ano letivo, seminários educacionais e encontros periódicos de alinhamento estratégico da rede municipal. Adicionalmente, o calendário letivo e administrativo demanda a execução de reuniões ampliadas com gestores, eventos de capacitação técnica, ciclos de formação continuada e solenidades institucionais que são indispensáveis para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação.

2.2 ESTIMATIVA DO LOTE 1 – SERVIÇO DE BUFFET PARA EVENTOS DE GRANDE PORTE

- 2.2.1 O Lote 1 compreende a prestação de serviço completo de buffet, englobando o fornecimento de alimentação, bebidas, mobiliário, infraestrutura de apoio e equipe especializada, destinado ao atendimento de eventos institucionais de grande porte. A estimativa de 06 (seis) eventos ao longo do exercício financeiro foi rigorosamente definida com base no calendário estratégico da Secretaria Municipal de Educação, que prevê a realização de encontros ampliados para engajar um expressivo contingente de profissionais da rede municipal de ensino.
- 2.2.2 A memória de cálculo para este lote estabelece um teto estimado de até 1.000 (mil) participantes por evento, perfazendo um quantitativo global máximo de 6.000 (seis mil) contratações per capita no ano. Este dimensionamento ampara-se na seguinte projeção de atividades estratégicas da pasta: a) Jornada Pedagógica de Abertura do Ano Letivo; b) Seminário Educacional da Rede Municipal; c) Encontro de Gestores e Coordenadores Pedagógicos; d) Formação Continuada Ampliada da Rede; e) Evento Institucional de Avaliação Educacional; f) Evento Institucional de Encerramento do Ano Letivo.
- 2.2.3 Dessa forma, a quantificação centralizada nestes 06 (seis) grandes eventos anuais justifica tecnicamente o volume estimado para o Lote 1. Tal metodologia assegura que a Administração Pública disponha da cobertura logística necessária para a plena execução do seu planejamento pedagógico, observando os parâmetros de razoabilidade e eficiência exigidos na fase preparatória das contratações públicas.

2.3 ESTIMATIVA DO LOTE 2 – COFFEE BREAK PARA EVENTOS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE

- 2.3.1. O Lote 2 destina-se ao fornecimento fracionado de insumos para a composição de *coffee break*, visando atender às demandas de eventos institucionais de médio e pequeno porte. A Secretaria Municipal de Educação promove, de forma contínua e regular, reuniões pedagógicas setoriais, encontros de planejamento escolar, capacitações internas e alinhamentos administrativos que exigem suporte logístico ágil e acolhimento adequado dos servidores.
- 2.3.2. Com amparo na média histórica das atividades operacionais da pasta, a projeção estabelece a realização de 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) eventos anuais desta natureza. O dimensionamento do público para estas agendas aponta uma participação flutuante estimada entre 80 (oitenta) e 200 (duzentos) servidores e convidados por encontro.
- 2.3.3 A quantificação pormenorizada dos gêneros alimentícios e bebidas constantes neste lote foi metodologicamente estruturada a partir do cruzamento de variáveis objetivas. O cálculo considerou o número médio de participantes, a frequência anual das agendas institucionais, a diversidade de itens necessários para a montagem de um cardápio equilibrado e a estrita estipulação de cotas de consumo per capita.
- 2.3.4. Esta sistemática de dimensionamento garante o provimento satisfatório das necessidades da Administração Pública, assegurando a infraestrutura correta para os eventos. Simultaneamente, a adoção dessa métrica afasta categoricamente o risco de superdimensionamento das quantidades, evitando o desperdício de recursos e de alimentos, em plena consonância com os princípios

da economicidade, razoabilidade e eficiência exigidos na fase de planejamento contratual.

2.4. FUNDAMENTAÇÃO NO HISTÓRICO DE CONTRATAÇÕES E ADEQUAÇÃO AO PLANEJAMENTO

- 2.4.1. A precisão da estimativa de quantitativos ampara-se na análise da execução do Contrato nº 170/2023, oriundo do Pregão Eletrônico nº 63/2023, firmado pelo Município de Píripíri para a prestação de serviços de buffet à Secretaria Municipal de Educação. O histórico de consumo registrado comprova a materialidade e a recorrência da demanda, evidenciando que a oferta de alimentação e apoio logístico é requisito ininterrupto para o pleno funcionamento das atividades pedagógicas e administrativas da rede de ensino.
- 2.4.2. O dimensionamento da presente demanda atende rigorosamente aos princípios constitucionais do planejamento e da eficiência administrativa. Em estrita observância ao Artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, a fase preparatória desta contratação contemplou a definição clara da necessidade pública aliada à projeção justificada dos quantitativos necessários para o exercício.
- 2.4.3. Cumpre-se, ademais, o mandamento do Artigo 40 da Nova Lei de Licitações, que impõe à Administração o dever de estabelecer quantidades precisas e compatíveis com a realidade institucional, de modo a resguardar a economicidade, vedar o fracionamento indevido de despesas e otimizar a aplicação dos recursos públicos.
- 2.4.4. A consolidação dos quantitativos globais apresentados decorre da conjugação de critérios objetivos, consubstanciados no planejamento estratégico anual da Secretaria, na averiguação do histórico de eventos e na experiência administrativa advinda da execução contratual pretérita. Esta metodologia permite formular uma previsão realista de consumo, afastando categoricamente qualquer margem para superestimativas ou contratações ociosas.
- 2.4.5. Ressalta-se que os quantitativos estimados constituem um teto máximo para o período de 12 meses, sendo a execução dos serviços realizada de forma fracionada e sob demanda. Tal sistemática assegura que o Município de Píripíri remunere a contratada exclusivamente pelo que for efetivamente fornecido e atestado, garantindo a máxima eficiência na gestão do erário.

2.5. ADEQUAÇÃO, RAZOABILIDADE E SÍNTESE DA MEMÓRIA DE CÁLCULO

2.5.1. Ressalta-se que os quantitativos estimados neste instrumento não configuram obrigação de consumo integral por parte da Administração Pública, constituindo-se exclusivamente como uma projeção de demanda anual. A execução do objeto será realizada de forma fracionada e sob demanda da Secretaria, mediante a emissão de ordens de serviço específicas que vincularão o fornecimento à efetiva necessidade de cada evento programado.

2.5.2. Tal metodologia de contratação por estimativa garante a necessária flexibilidade administrativa, prevenindo tanto a insuficiência contratual que comprometeria o calendário acadêmico quanto a superestimativa de quantitativos que resultaria em desperdício de recursos. Este modelo observa rigorosamente os princípios da economicidade, da eficiência e do planejamento das contratações públicas previstos na legislação vigente.

2.5.3. Diante do exposto, conclui-se que os quantitativos previstos para os Lotes 1 e 2 guardam estrita compatibilidade com as necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Educação de Píripíri, estando devidamente fundamentados no planejamento anual das atividades da pasta e na sólida experiência de execução advinda da análise contratual pretérita para objeto similar.

2.5.4. A síntese da memória de cálculo para o exercício contempla, no âmbito do Lote 1, a realização de eventos de grande porte com estrutura de buffet completo, abrangendo jornadas pedagógicas, seminários educacionais, encontros de gestores, ciclos de formação continuada, avaliações da rede e solenidades de encerramento, totalizando a projeção de 08 (oito) eventos anuais com público estimado de até 1.000 (mil) participantes por agenda.

2.5.5. Para o Lote 2, a estimativa abarca eventos de médio e pequeno porte com suporte de coffee break, totalizando aproximadamente 23 (vinte e três) agendas anuais. Este quantitativo é decomposto em 10 (dez) reuniões pedagógicas setoriais com público entre 80 e 150 pessoas, 08 (oito) capacitações técnicas para 80 a 200 participantes e 05 (cinco) reuniões administrativas voltadas a grupos de 50 a 100 integrantes.

2.5.6. A projeção anual demonstra que o dimensionamento dos itens encontra-se em plena harmonia com a programação institucional, fundamentando-se em parâmetros reais de realização de atividades administrativas e pedagógicas ao longo do ano. Os quantitativos foram definidos de forma prudente e proporcional à demanda, assegurando que o Município de Píripíri observe os princípios da economicidade e da eficiência na aplicação do erário.

3. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 3.1. A Subcontratação será vedada

4. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. O recebimento dos serviços de buffet e *coffee break* dar-se-á nos termos do **Art. 140 da Lei nº 14.133/2021**, observando-se as seguintes etapas:

4.2. **RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** Ocorre de forma imediata, no ato da entrega ou da realização do evento, por servidor designado ou pela comissão de recepção, mediante a conferência da conformidade dos itens com o cardápio solicitado, condições de higiene, temperatura, integridade das embalagens e quantidades.

4.2.1. Constatada qualquer divergência ou irregularidade no ato da entrega (alimentos em desacordo com o pedido, temperatura inadequada ou falta de higiene), a contratada deverá proceder à **substituição imediata** ou complementação dos itens, sob pena de glosa no pagamento e aplicação de sanções.

4.3. **RECEBIMENTO DEFINITIVO:** Será realizado pelo Fiscal do Contrato em até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da nota fiscal eletrônica, desde que os serviços tenham sido prestados integralmente e sem intercorrências, após a conferência minuciosa do atesto de prestação de serviço emitido pelos responsáveis na fase provisória.

4.4. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade e segurança sanitária dos alimentos fornecidos, respondendo esta por quaisquer danos à saúde dos participantes decorrentes da ingestão de produtos impróprios, conforme o Código de Defesa do Consumidor e normas da ANVISA.

4.5. O fornecimento será iniciado mediante a emissão de **Ordem de Fornecimento** específica para cada evento, que detalhará o local, data, horário e quantitativos, devendo ser acompanhada da respectiva Nota de Empenho.

5. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um Gestor e um Fiscal formalmente designados pela Administração, os quais serão responsáveis por anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas ao fornecimento e determinar a regularização de eventuais falhas, nos termos do Artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. O recebimento dos serviços de buffet e *coffee break* observará o rito estabelecido no Artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, sendo processado em duas etapas distintas para garantir a segurança alimentar e a conformidade técnica.

5.3. O Recebimento Provisório dar-se-á de forma imediata e concomitante à realização do evento ou entrega dos produtos, mediante a conferência física realizada pelo Fiscal ou servidor designado. Nesta fase, serão verificadas as condições de temperatura (quente ou frio), a integridade das embalagens, a higiene dos utensílios e da equipe, a qualidade organoléptica dos alimentos e a exatidão das quantidades solicitadas na Ordem de Fornecimento.

5.4. O Recebimento Definitivo será realizado pelo Fiscal do contrato em até 05 (cinco) dias úteis após o atesto do serviço e a apresentação da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, após a confirmação de que não houve intercorrências técnicas ou sanitárias durante a execução.

5.5. Caso sejam detectadas irregularidades no ato do recebimento provisório, como alimentos em desacordo com as especificações ou condições de higiene inadequadas, a contratada deverá proceder à substituição imediata dos itens, sob pena de glosa proporcional no pagamento e aplicação das sanções administrativas previstas no contrato.

5.6. A fiscalização e o recebimento efetuados pelo Município não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada por danos causados à Administração ou a terceiros, inclusive por vícios técnicos ou danos à saúde decorrentes da ingestão de alimentos impróprios, em conformidade com o Artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

5.7. O local de entrega e prestação dos serviços será definido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ocorrer na sede da Secretaria Municipal de Educação ou nos locais específicos onde se realizarão os eventos institucionais, seminários e formações dentro do perímetro urbano do Município de PíriPíri - PI.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar os serviços de buffet e *coffee break* em estrita conformidade com as especificações, quantitativos, horários e padrões

de qualidade definidos neste Termo de Referência e nas respectivas Ordens de Fornecimento, assumindo integralmente os riscos e as despesas operacionais decorrentes da prestação.

6.2. Fornecer gêneros alimentícios e bebidas de primeira qualidade, dentro dos prazos de validade, preparados, transportados e acondicionados sob rigorosas condições de higiene, em absoluta observância às normas da Vigilância Sanitária (ANVISA) e legislações correlatas.

6.3. Disponibilizar a infraestrutura completa para o serviço, compreendendo louçaria, mobiliário de apoio (mesas, toalhas, arranjos, baldes de gelo) e utensílios adequados e rigorosamente higienizados, em quantidade e padrão estético compatíveis com o porte de cada evento institucional.

6.4. Fornecer mão de obra qualificada e devidamente uniformizada, incluindo garçons, auxiliares de cozinha e gerente de equipe, responsabilizando-se com exclusividade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre os profissionais e a Administração Municipal.

6.5. Substituir ou complementar de imediato, e às suas expensas, qualquer alimento, bebida ou utensílio que seja rejeitado pela fiscalização no ato do evento por inadequação de temperatura, apresentação, sabor ou suspeita de contaminação.

6.6. Responsabilizar-se integralmente pelos vícios e danos causados à Administração, aos servidores ou a terceiros, decorrentes de falhas na prestação do serviço ou da ingestão de alimentos impróprios, nos termos do Artigo 120 da Lei nº 14.133/2021 e das disposições do Código de Defesa do Consumidor.

6.7. Comunicar imediatamente, e de forma documentada, ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade ou motivo de força maior que impossibilite o cumprimento tempestivo da Ordem de Fornecimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis caso a justificativa não seja acatada.

6.8. Manter, durante toda a vigência contratual e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e de qualificação exigidas no certame licitatório.

6.9. Indicar formalmente um preposto capacitado para representá-la junto à Secretaria Municipal de Educação durante a execução do contrato, o qual deverá estar acessível para dirimir dúvidas e resolver eventuais intercorrências de forma célere, conforme o disposto no Artigo 118 da Lei nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO E DA VIGÊNCIA

7.1. O pagamento será efetuado pelo Município no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica, em estrita observância à ordem cronológica de pagamentos estabelecida no Artigo 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A nota fiscal deverá ser apresentada pela contratada em até 05 (cinco) dias úteis após a conclusão de cada evento ou ao final de cada mês de prestação, conforme o regime de execução estabelecido na Ordem de Fornecimento, instruída com o relatório de atesto assinado pelos fiscais designados.

7.3. A liquidação da despesa e a consequente autorização de pagamento ficam condicionadas à verificação da conformidade entre os serviços efetivamente prestados e as especificações técnicas deste Termo de Referência, bem como à manutenção das condições de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

7.4. Eventuais erros na emissão da nota fiscal, divergências nos quantitativos ou a existência de obrigações financeiras pendentes decorrentes de sanções administrativas acarretarão o sobrestamento do pagamento até que a regularização seja integralmente comprovada, sem que isso gere qualquer ônus financeiro à Administração Municipal.

7.5. Considera-se data do pagamento o dia em que ocorrer a emissão da ordem bancária para crédito na conta corrente de titularidade da contratada, devendo os dados bancários constar obrigatoriamente no corpo do documento fiscal.

7.6. No ato do pagamento, o Município efetuará as retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação federal e municipal vigentes, conforme a natureza da prestação.

7.7. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos, respeitadas as condições e os limites estabelecidos no Artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, dada a natureza de serviço contínuo para o suporte às atividades pedagógicas e administrativas da rede de ensino.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Proporcionar à contratada todas as facilidades e informações logísticas necessárias para o pleno cumprimento das obrigações contratuais, garantindo o livre acesso das equipes de serviço, insumos e equipamentos aos locais designados para a realização dos eventos, formações e reuniões pedagógicas.

8.2. Exercer a fiscalização rigorosa da execução do objeto por intermédio de gestores e fiscais formalmente designados, em estrita conformidade com o Artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes monitorar a qualidade nutricional e sanitária dos alimentos, a pontualidade da entrega e o padrão de atendimento das equipes.

8.3. Notificar a contratada, de forma imediata e documentada, sobre eventuais irregularidades, falhas técnicas ou desconformidades sanitárias observadas no fornecimento do buffet ou *coffee break*, determinando a correção imediata das falhas ou a substituição integral dos itens rejeitados.

8.4. Efetuar o pagamento à contratada nos prazos e condições pactuados, após a regular liquidação da despesa e mediante o atesto formal do fiscal do contrato na respectiva nota fiscal, observando a ordem cronológica de pagamentos.

8.5. Verificar, obrigatoriamente e antes da efetivação de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da contratada e a regularidade do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, conforme o dever geral de fiscalização imposto pela Nova Lei de Licitações.

8.6. Emitir as Ordens de Fornecimento com a antecedência mínima necessária, especificando detalhadamente o quantitativo de participantes, o cardápio selecionado, o local exato da prestação e o cronograma de atendimento, de modo a viabilizar o planejamento logístico e a execução eficiente por parte da contratada.

9. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

9.1. Em observância ao princípio da supremacia do interesse público, ao poder geral de cautela consolidado no Artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e às disposições de controle da Lei nº 14.133/2021, a Administração Municipal poderá, motivadamente e sem a prévia oitiva da contratada, adotar providências acauteladoras diante de risco iminente.

9.2. Tais medidas têm caráter preventivo e visam afastar a ocorrência de danos de difícil ou impossível reparação ao erário, ao adequado funcionamento dos eventos institucionais ou à saúde dos servidores e convidados da rede municipal de ensino.

9.3. Entre as providências acauteladoras, o Município poderá promover a retenção preventiva de pagamentos, a glosa imediata de valores em faturas ou a suspensão temporária da emissão de novas Ordens de Fornecimento.

9.4. A adoção de retenção de pagamentos ou suspensão de serviços será excepcionalmente justificada nas hipóteses de flagrante descumprimento de normas sanitárias que comprometam a segurança alimentar dos eventos da Secretaria Municipal de Educação, ou diante de indícios veementes de inadimplência das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais por parte da empresa contratada.

9.5. A medida acauteladora aplicada será mantida até que a contratada comprove documentalmente a regularização da pendência geradora do risco ou preste garantia suficiente à reparação do provável dano, assegurando-se o posterior exercício do contraditório e da ampla defesa no bojo do respectivo processo administrativo punitivo.

10. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o fiel cumprimento do objeto, sendo exercidos por meio de Gestor e Fiscais formalmente designados, conforme as diretrizes do Artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O Fiscal do contrato será o responsável pelo monitoramento técnico e operacional imediato em cada evento, competindo-lhe verificar a pontualidade na montagem do buffet, a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos, a temperatura das bebidas e refeições, a adequação estética dos utensílios e a postura profissional da equipe uniformizada.

10.3. Todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto serão obrigatoriamente anotadas em registro próprio, físico ou

digital, com a indicação precisa do dia, mês, ano e natureza da falha detectada. O Fiscal determinará o que for necessário à regularização imediata dos defeitos observados, comunicando formalmente à contratada para que proceda aos ajustes sem prejuízo do cronograma do evento institucional.

10.4. A fiscalização exercida pela Secretaria Municipal de Educação não exclui nem reduz a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução do serviço, respondendo esta perante o Município ou terceiros por quaisquer danos ou irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou emprego de insumos de qualidade inferior, em estrita observância ao Artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

10.5. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato deverão ser encaminhadas ao Gestor do contrato em tempo hábil, para que sejam adotadas as medidas administrativas ou sancionatórias cabíveis, garantindo-se o fluxo contínuo de informações e a segregação de funções.

10.6. A contratada compromete-se a facilitar integralmente a ação da fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e permitindo o livre acesso dos agentes públicos às áreas de serviço e materiais, sob pena de caracterização de embaraço à fiscalização e aplicação de penalidades.

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos do Artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que der causa à inexecução parcial ou total do contrato, ensejar o retardamento da execução sem motivo justificado, apresentar documentação falsa, fraudar a licitação ou a prestação dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou praticar atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013.

11.2. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração Municipal aplicará as sanções previstas no Artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa no respectivo processo administrativo, sendo cabíveis as seguintes penalidades:

11.3. Advertência: Aplicada exclusivamente por faltas leves, assim compreendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos à realização dos eventos e que não justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.4. Multa Moratória: Fixada no patamar de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do objeto ou na montagem do serviço de buffet/coffee break. A multa será calculada sobre o valor da respectiva Ordem de Fornecimento inadimplida, até o limite máximo acumulado de 10% (dez por cento) do valor da referida ordem.

11.5. Multa Compensatória: Fixada em 20% (vinte por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, em caso de inexecução total do objeto. Em caso de inexecução parcial, a multa será aplicada no mesmo percentual, incidindo proporcionalmente sobre a parcela da obrigação não cumprida.

11.6. Impedimento de Licitar e Contratar: Será aplicada pelo prazo máximo de até 03 (três) anos à contratada que ensejar o retardamento da execução, falhar gravemente na prestação dos serviços ou cometer inexecução total. Esta sanção produz efeitos perante a Administração Pública direta e indireta do Município de PíriPíri.

11.7. Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar: Será aplicada pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos à empresa que apresentar declaração ou documentação falsa, fraudar a execução do contrato ou praticar atos ilícitos graves, produzindo efeitos perante todos os entes da Federação.

11.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa (moratória ou compensatória).

11.9. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido aos cofres do Município em até 15 (quinze) dias úteis após a notificação definitiva. Caso não ocorra o pagamento, o valor será descontado diretamente dos pagamentos eventualmente devidos à contratada ou, em último caso, inscrito em Dívida Ativa para execução fiscal.

12. DOS PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

12.1. O pagamento pelos serviços de buffet e *coffee break* efetivamente prestados e atestados será realizado mediante ordem bancária para crédito na conta corrente da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do protocolo oficial do processo de pagamento na Secretaria Municipal de Educação.

12.2. A instrução do processo de pagamento dar-se-á obrigatoriamente com a apresentação dos seguintes documentos, em observância ao Artigo 63 da Lei nº 4.320/1964 e ao Artigo 141 da Lei nº 14.133/2021:

12.2.1. Requerimento de pagamento contendo a qualificação completa do credor, o valor pleiteado e o período de competência a que se refere a prestação.

12.2.2. Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, acompanhada da cópia da respectiva Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento que originou o serviço.

12.2.3. Relatório sintético ou comprovante de execução dos serviços, detalhando as datas, locais e quantitativos de participantes atendidos em cada evento.

12.2.4. Documentação comprobatória da manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido no Artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.5. Comprovação da condição de optante pelo Simples Nacional, quando for o caso, e declaração de que não houve utilização de mão de obra em condições vedadas pela legislação.

12.3. O prazo para o pagamento terá seu curso iniciado apenas após o protocolo da documentação integral e escoreita. Caso a nota fiscal ou a documentação instrutória apresente irregularidades, falhas ou omissões, o prazo será suspenso, reiniciando-se a contagem a partir da data em que a contratada sanar as impropriedades apontadas pela Administração.

12.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigações financeiras impostas à contratada em virtude de sanções administrativas, ou caso seja constatado o atraso no pagamento de salários e encargos sociais dos profissionais alocados na execução do buffet.

12.5. Do montante devido serão retidos os tributos e contribuições previstos na legislação vigente, resguardadas as situações de imunidade ou isenção devidamente comprovadas pela contratada no ato da cobrança.

12.6. É expressamente vedado à contratada o faturamento de serviços não executados ou o pagamento antecipado, bem como a transferência a terceiros dos direitos creditórios decorrentes do contrato, salvo mediante autorização prévia, expressa e motivada da Administração Municipal, nos termos da regulamentação vigente.

12.7. Eventuais descontos de valores em faturas, decorrentes de glosas por serviços executados em desconformidade ou aplicação de multas, serão precedidos de procedimento que garanta à contratada o contraditório e a ampla defesa.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

13.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços de buffet e fornecimento de *coffee break* correrão à conta de recursos financeiros específicos consignados no orçamento do Município de Píripíri para o exercício financeiro vigente, garantindo-se o prévio empenho da despesa, em estrita observância à Lei nº 4.320/1964, à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
UND. ORÇAMENTÁRIA	021600 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME
PROJETO ATIVIDADE	12.361.0752.2052.0000 – SUPERINTENDENCIAS DE ENSINO FUNDAMENTAL;
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.30.00 – SUPERINTENDENCIAS DE ENSINO FUNDAMENTAL; 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
FONTE DE RECURSOS	500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS;

13.3. A emissão de cada Ordem de Fornecimento à contratada ficará condicionada à prévia disponibilidade de saldo orçamentário na dotação supramencionada e à respectiva emissão da Nota de Empenho, a fim de resguardar a ordem financeira do ente municipal.

13.4. Na hipótese de o período de vigência da contratação ultrapassar o exercício financeiro em que o contrato for assinado, ou em caso de eventuais prorrogações legais, as despesas referentes aos meses remanescentes recairão sobre as dotações orçamentárias dos exercícios subsequentes, devendo ser devidamente empenhadas no início de cada novo exercício financeiro.

Considerando a necessidade da contratação do serviço, aliada as condições e requisitos necessários para o fornecimento do objeto, manifesto-me de acordo com o presente, pela aprovação do Termo de Referência.

Piripiri - PI, 25 de março de 2026.

Margarida Campos de Carvalho
Superintendente de Ensino
(Setor Solicitante)

Considerando a necessidade da aquisição dos produtos, aliada as condições e requisitos necessários para o fornecimento do objeto, manifesto-me de acordo com o presente, pela aprovação do Termo de Referência:

Tânia Marilda de Oliveira Monteiro Lima
Secretária de Educação Municipal

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XX/2026 - CPL/PMP
(Processo Administrativo nº XXX/2026)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

Aos _____ do mês de _____ do ano de dois mil e xxxxxxxxxxxx, de um lado, o MUNICÍPIO DE PIRIPIRI, ESTADO DO PIAUÍ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC, pessoa jurídica de direito público interno, doravante chamada abreviadamente de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob nº xx.xxxx.xxx/xxxxx-xx, estabelecida no Centro Administrativo, S/N, Campo das Palmas - Piripiri – PI, neste ato representado pela Sra.Tânia Marilda de Oliveira Monteiro Lima, Secretária Municipal, domiciliado nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade nº 2007XXXX, CPF nº 658.***.***-68, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico nº XX/2026, Processo Administrativo nº XX/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 335 de 15 de março de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preço (SRP) contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **buffet e coffee break**, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal De Educação De Piripiri, durante a realização de eventos institucionais, formações continuadas, reuniões pedagógicas, seminários e demais atividades oficiais

1.2. Conforme especificações e quantidades previstas no Termo de Referência, Anexo I do Pregão Eletrônico nº XX/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são os constantes abaixo:

VENCEDOR ADJUDICADO	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
------------------------	-------------------	------------	-------------------	----------------

	PRODUTO	MARCA	REGISTRADO (R\$)	REGISTRADO (R\$)
EMPRESA:				
CNPJ:				
IE:				
VALOR TOTAL REGISTRADO				

Obs: A tabela deverá ser adaptada no caso de existência de cadastro de reserva e de acordo com o objeto registrado

3. DA (VIABILIDADE) DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL

3.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e

3.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

3.7 Dos limites para as adesões

3.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8 Vedação a acréscimo de quantitativos

3.8.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.3.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

4.3.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.3.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.3.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.3.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.4. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

4.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

4.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 30 do Decreto Municipal n.º 335 de 15 de março de 2024.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista artigo 28, § 3º, do Decreto Municipal n.º 335, de 15 de março de 2024

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 27, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Municipal n.º 335 de 15 de março de 2024.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIII, do Decreto n.º 335, de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto Municipal n.º 335, de 15 de março de 2024).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da

Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).
Local e data



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XX/2026 - CPL/PMP
(Processo Administrativo nº XXXX/2026)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (xxx), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XX/2026- CPL/PM

(Processo Administrativo nº XXXX/2026)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XX/2026- CPL/PMP

(Processo Administrativo nº XXXX/2026)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP)

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XXX/2026- CPL/PMP

(Processo Administrativo nº XXXX/2026)

MODELO DE CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

À Secretaria de Administração do Município de PIRIPIRI Piauí.

Prezados Senhores,

Ref.: Pregão Eletrônico mencionado – Comissão Permanente de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL: REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação. **PREÇO**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01				
02				

Valor total da proposta: R\$ (por extenso)

* Descrever o item conforme especificações detalhadas no Termo de Referência

1.2. A proposta terá validade de xx (xxxxx) dias, a partir da data de abertura do Pregão.

1.3. O Prazo de Entrega é de xx(xxxx) dias corridos, a partir da emissão da nota de empenho.

1.4. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre a prestação de serviços.

local e data

assinatura e carimbo da proponente

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

ANEXO VIII MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026
MINUTA DO CONTRATO Nº XX/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PIRIPIRI, ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** E A EMPRESA XXXXXXXXXX, Registro de preço (SRP) contratação de empresa especializada para prestação de serviços de buffet e coffee break, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal De Educação De Píripíri, durante a realização de eventos institucionais, formações continuadas, reuniões pedagógicas, seminários e demais atividades oficiais

Aos **XX** do mês de **XXXXX** do ano de **dois mil e vinte e seis (2026)**, de um lado, o MUNICIPIO DE PIRIPIRI, ESTADO DO PIAUÍ, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, C.N.P.J. nº 63.723.600/0001-06, com sede na Avenida Deputado Raimundo Holanda, s/n, Morro da Saudade, PIRIPIRI-PI, neste ato representado pela Sra. Tânia Marilda de Oliveira Monteiro Lima, Secretária Municipal, domiciliado nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade nº 2007XXXX, CPF nº 658.***-68 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e, em seqüência, designado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa XXXXXXXXXX, inscrita no C.N.P.J.(MF) sob o n.ºXXXXX/XX, estabelecida na Rua/Av XXXXXXXXXXXX, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representado por XXXXXXXXXX, residente e domiciliado(a) e daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, sendo regido pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, observadas as normas de direito privado, especialmente aquelas constantes na LINDB e, ainda mediante as cláusulas e condições estabelecidas em Edital e no que segue abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Registro de preço (SRP) contratação de empresa especializada para prestação de serviços de buffet e coffee break, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal De Educação De Píripíri, durante a realização de eventos institucionais, formações continuadas, reuniões pedagógicas, seminários e demais atividades oficiais
- 1.2 .Especificação do objeto:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01				
02				

1.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

1.3. Os reajustes e alterações ao Contrato serão formalizados por meio de termo aditivo, sendo possível, de forma excepcional,

a antecipação dos seus efeitos contanto que a formalização seja realizada dentro do prazo máximo de 01 (um) mês, de acordo com o art.132 da Lei 14.133/21.

1.4. A CONTRATADA executará os fornecimentos rigorosamente de acordo com os prazos e termos deste contrato e documentos dele integrantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

2.1. Do Regime de Execução

2.1.1. A execução do objeto contratual dar-se-á de forma fracionada e sob demanda, mediante solicitações específicas da **Secretaria Municipal de Educação (SEDUC)**, de acordo com o cronograma de eventos, reuniões e necessidades pedagógicas ou administrativas, pelo período de 12 (doze) meses.

2.1.2. A prestação dos serviços deverá observar rigorosamente as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas constantes no Edital, no Termo de Referência e na proposta de preços da contratada.

2.2. Do Local e dos Prazos de Execução

2.2.1. Os serviços de buffet serão prestados **em local(is) a ser(em) formalmente indicado(s) pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC)** no ato de cada solicitação/requisição, podendo abranger a sede administrativa, unidades de ensino da rede municipal ou outros espaços destinados a eventos institucionais dentro do município de Píripíri - PI.

2.2.2. A contratada deverá iniciar a execução do serviço solicitado em até **48 (quarenta e oito) horas** após o recebimento da respectiva Ordem de Serviço/Requisição acompanhada da Nota de Empenho, ou em prazo inferior caso acordado para eventos de urgência institucional.

2.2.3. Eventuais pedidos de prorrogação de prazos deverão ser formalizados e justificados pela contratada antes do vencimento do prazo original, submetendo-se à análise e aceite discricionário da Administração Municipal.

2.3. Dos Padrões de Qualidade e Segurança Alimentar

2.3.1. Todos os gêneros alimentícios e serviços prestados deverão observar rigorosamente as normas sanitárias vigentes (ANVISA), garantindo a integridade, o frescor, a temperatura adequada e a higiene dos produtos.

2.3.2. A contratada responde objetivamente por vícios de qualidade ou quantidade, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, devendo assegurar que os alimentos sejam próprios para o consumo imediato.

2.4. Da Substituição e Correção de Falhas

2.4.1. Verificada qualquer inconformidade quanto à qualidade, apresentação ou quantidade dos alimentos no ato da entrega, a contratada obriga-se a proceder à correção ou **substituição IMEDIATA** dos itens rejeitados, visando não prejudicar o cronograma do evento da SEDUC, sem qualquer ônus para a Administração.

2.4.2. A recusa injustificada em sanar as falhas no prazo imediato sujeitará a contratada às sanções previstas nos Artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Do Recebimento e da Fiscalização

2.5.1. O recebimento do objeto seguirá o rito do Artigo 140 da Lei nº 14.133/2021:

2.5.1.1. **Provisoriamente:** No ato da prestação do serviço, mediante conferência visual e quantitativa;

2.5.1.2. **Definitivamente:** Em até **10 (dez) dias úteis** após a prestação, mediante termo circunstanciado e atesto da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato, após validar a conformidade integral do serviço.

2.5.2. A fiscalização anotará em registro próprio todas as ocorrências da execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

2.6. Das Condições de Pagamento

2.6.1. O pagamento será efetuado proporcionalmente aos serviços efetivamente prestados e atestados, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura.

2.6.2. A liquidação da despesa fica condicionada à manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, comprovada mediante as certidões negativas de praxe (CND Federal/INSS, FGTS e CNDT).

2.6.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3. O valor global do presente CONTRATO é de R\$ XX,XX (por extenso), para todo o período de sua vigência, conforme valores expressos na proposta vencedora.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. As despesas correrão por conta de recursos oriundos, conforme segue:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
UND. ORÇAMENTÁRIA	021600 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME
PROJETO ATIVIDADE	12.361.0752.2052.0000 – SUPERINTENDENCIAS DE ENSINO FUNDAMENTAL;
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.30.00 – SUPERINTENDENCIAS DE ENSINO FUNDAMENTAL; 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
FONTE DE RECURSOS	500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS;

Valor Global:

R\$ XX,XX.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. Das Hipóteses de Extinção

6.1.1. O presente contrato extinguir-se-á pelo decurso do prazo de vigência estabelecido na Cláusula Quinta, salvo se houver prorrogação formalizada mediante Termo Aditivo, observadas as condições de vantajosidade para a Administração.

6.1.2. A extinção antecipada poderá ocorrer por ato unilateral e escrito da Administração, por consenso entre as partes ou por decisão judicial, nos termos do Artigo 138 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Das Causas de Extinção (Rescisão)

6.2.1. Constituem motivos para a extinção do contrato, a critério da Administração, as seguintes situações previstas no Artigo 137 da Lei nº 14.133/2021:

6.2.1.1. O inadimplemento total ou parcial das cláusulas contratuais, especificações técnicas ou prazos estipulados;

6.2.1.2. O desatendimento das determinações regulares emitidas pela fiscalização ou autoridade superior;

6.2.1.3. A interrupção da execução do fornecimento ou a recusa injustificada da contratada em dar continuidade à prestação dos serviços;

6.2.1.4. A transferência total ou parcial do objeto do contrato a terceiros (subcontratação), sem a prévia e expressa autorização da contratante;

6.2.1.5. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, que impeçam a execução do ajuste;

6.2.1.6. Razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade máxima da contratante.

6.3. Dos Procedimentos e Efeitos

6.3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração será precedida de notificação prévia, assegurando-se à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme o rito estabelecido no Artigo 138 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da contratada, a Administração poderá:

6.3.2.1. Reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ou das multas aplicadas;

6.3.2.2. Assumir a execução do objeto ou contratar terceiros para dar continuidade ao serviço, por conta e risco da contratada inadimplente;

6.3.2.3. Aplicar as sanções administrativas previstas neste instrumento e na legislação vigente.

6.3.3. Nas hipóteses de extinção consensual ou por razões de interesse público (sem culpa da contratada), esta será indenizada pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, nos termos do Artigo 139 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Da Continuidade do Serviço

6.4.1. Em caso de extinção antecipada, a contratada obriga-se a manter a prestação dos serviços até a conclusão dos procedimentos de transição, visando evitar a interrupção de atividades essenciais da Secretaria, observados os prazos de notificação previstos em lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes deste Contrato e da legislação vigente, cabe à Secretaria Municipal de Educação (SEDUC):

7.1.1. Proporcionar as facilidades necessárias: Fornecer à contratada todas as informações, orientações e condições de acesso aos locais de realização dos eventos, visando o cumprimento fiel das obrigações contratuais.

7.1.2. Recebimento e Conferência: Receber o objeto nos prazos e condições estabelecidos, procedendo à verificação minuciosa da conformidade dos serviços e materiais recebidos provisoriamente com as especificações técnicas e a proposta vencedora.

7.1.3. Gestão e Fiscalização: Designar formalmente, por meio de ato administrativo, os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, aos quais competirá o acompanhamento técnico e o atesto da execução, nos termos do Artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.4. Comunicação de Falhas: Notificar a contratada, por escrito e imediatamente, sobre quaisquer imperfeições, falhas, irregularidades ou baixa qualidade verificadas na prestação do serviço de buffet, fixando prazo para a devida correção ou substituição.

7.1.5. Verificação de Habilitação: Exigir da contratada, a cada processo de liquidação de despesa, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame (regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária).

7.1.6. Adimplemento Financeiro: Efetuar o pagamento devido no prazo pactuado, após o efetivo adimplemento da obrigação e mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela fiscalização competente.

7.1.7. Registro de Ocorrências: Manter registro atualizado de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, servindo como base para eventuais processos de aplicação de sanções ou prorrogações.

7.1.8. Incolumidade da Administração: A Administração Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, incluindo encargos tributários, trabalhistas ou danos causados a terceiros por seus empregados e prepostos, permanecendo a responsabilidade exclusiva e integral da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A contratada obriga-se a executar o objeto em estrita observância às especificações, prazos e locais definidos no Termo de Referência, assegurando que os serviços de buffet sejam prestados em perfeitas condições de higiene e apresentação.

8.2. Responsabilidade Civil e do Consumidor: A contratada responde objetivamente pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), garantindo a qualidade sanitária de todos os alimentos e bebidas fornecidos.

8.3. Dos Encargos e Responsabilidades (Art. 121 da Lei nº 14.133/2021):

8.3.1. A contratada é a única e exclusiva responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.3.2. O inadimplemento da contratada quanto a esses encargos não transfere à Administração Municipal a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, conforme o §1º do Art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Da Indenização por Danos (Art. 120 da Lei nº 14.133/2021):

8.4.1. A contratada responderá por danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços.

8.4.2. A fiscalização ou o acompanhamento pela SEDUC não exclui nem reduz a responsabilidade integral da contratada pela prestação do serviço.

8.5. Da Manutenção das Condições de Habilitação: A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação.

8.6. Da Designação de Preposto (Art. 118 da Lei nº 14.133/2021): A contratada deverá indicar e manter preposto aceito pela Administração no local da prestação do serviço para representá-la na execução e coordenar a equipe de buffet.

8.7. Das Obrigações Específicas de Buffet:

8.7.1. Providenciar para que todos os seus empregados e colaboradores envolvidos na manipulação de alimentos utilizem uniformes adequados, limpos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando necessário, observando as normas da ANVISA.

8.7.2. Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência, a validade e as condições de armazenamento dos insumos utilizados.

8.7.3. Acatar imediatamente as instruções emanadas da fiscalização da SEDUC, procedendo às correções ou substituições de itens alimentares ou serviços que não atendam ao padrão de qualidade exigido.

CLÁUSULA NONA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

9.1. A contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório/contratação direta, em conformidade com o Artigo 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A manutenção da regularidade deverá ser comprovada pela contratada a cada pedido de pagamento, mediante a apresentação das certidões negativas de débitos (fiscais, trabalhistas e previdenciárias) e demais documentos de habilitação técnica e jurídica que se fizerem necessários.

9.3. O descumprimento do dever de manutenção das condições de habilitação facultará à Administração Municipal:

9.3.1. A suspensão dos pagamentos devidos até que a situação de irregularidade seja integralmente saneada pela contratada;

9.3.2. A instauração de processo administrativo para a extinção unilateral do contrato, por culpa da contratada, nos termos da Cláusula Sexta deste instrumento.

9.4. A contratada deverá comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) qualquer alteração superveniente em sua estrutura jurídica, técnica ou fiscal que possa comprometer a manutenção dos requisitos de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO INADIMPLEMENTO E DAS INFRAÇÕES

10.1. Da Caracterização do Inadimplemento

10.1.1. Configura-se o inadimplemento das obrigações contratuais quando a contratada deixar de cumprir, total ou parcialmente, qualquer das cláusulas estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência ou na legislação vigente.

10.1.2. Especialmente no caso de serviços de buffet, a entrega de alimentos em condições impróprias, quantidade divergente, atraso no horário do evento ou falha na higienização caracteriza inadimplemento imediato por comprometer a finalidade do ato administrativo.

10.2. Do Rito de Notificação e Regularização

10.2.1. Verificada a falha na execução, a contratante comunicará o fato à contratada, por escrito, preferencialmente no ato da ocorrência, para que esta providencie a regularização ou substituição imediata, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a depender da natureza do evento.

10.2.2. A falta de regularização no prazo estipulado, ou a impossibilidade de correção por perda do objeto (ex: evento já encerrado), ensejará a lavratura de Auto de Infração pela fiscalização do contrato.

10.3. Das Consequências do Inadimplemento

10.3.1. A não regularização das faltas apontadas ou a reincidência em falhas graves sujeitará a contratada à instauração de Processo Administrativo Sancionador para a aplicação das penalidades previstas nos Artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

10.3.2. O inadimplemento poderá motivar a extinção unilateral do contrato, conforme previsto na Cláusula Sexta deste instrumento, assegurando-se à contratada o contraditório e a ampla defesa em rito simplificado, visando a celeridade administrativa.

10.4. Da Retenção de Pagamentos

10.4.1. Em caso de inadimplemento que resulte em prejuízo direto à Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), a Administração poderá reter preventivamente os pagamentos devidos, na proporção do dano causado, até que a situação seja saneada ou concluído o processo de apuração de responsabilidade.

10.4.2. A retenção prevista no item anterior tem natureza acauteladora e visa garantir a aplicação de eventuais multas contratuais e a indenização por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Das Penalidades

11.1.1. Pela execução irregular, atraso injustificado ou inadimplemento total ou parcial do objeto, a Administração Municipal poderá,

garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções previstas no Artigo 156 da Lei nº 14.133/2021:

- 11.1.1.1. Advertência: Aplicada em casos de infrações leves que não resultem em prejuízo significativo ao serviço;
- 11.1.1.2. Multa Moratória: De 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da nota de empenho, limitada a 15% (quinze por cento) do valor total empenhado;
- 11.1.1.3. Multa Compensatória: De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial ou total;
- 11.1.1.4. Impedimento de Licitar e Contratar: Com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 03 (três) anos;
- 11.1.1.5. Declaração de Inidoneidade: Para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federados, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.2. Da Cumulação e Aplicação

11.2.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme o Artigo 156, §2º da Lei nº 14.133/2021.

11.2.2. Na aplicação das sanções, a SEDUC considerará a gravidade da infração, a reincidência, os danos causados ao interesse público (especialmente o prejuízo a eventos escolares e pedagógicos) e a vantagem auferida pela infratora.

11.3. Da Retenção e Cobrança

11.3.1. O valor das multas aplicadas será retido dos pagamentos devidos pela SEDUC ou cobrado judicialmente, caso o crédito seja insuficiente.

11.3.2. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos pendentes, a contratada responderá pela diferença, que deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação oficial.

11.4. Do Processo Administrativo Sancionador

11.4.1. A aplicação de qualquer sanção será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à contratada, no prazo de 15 (quinze) dias úteis para as sanções de impedimento e inidoneidade, e 05 (cinco) dias úteis para as demais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Do Reajuste de Preços

12.1.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado a que se refere o edital (ou da data de apresentação da proposta, conforme definido no instrumento convocatório).

12.1.2. Após o interregno de um ano, os preços serão reajustados mediante a aplicação do índice IPCA/IBGE, acumulado no período, exclusivamente para os itens e serviços executados após a ocorrência da anualidade, conforme o Artigo 25, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

12.1.3. O reajuste será formalizado por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, nos termos do Artigo 136, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

12.1.4. Na eventual extinção ou indisponibilidade do índice pactuado, será adotado o índice oficial que vier a substituí-lo ou, na ausência deste, novo índice eleito por comum acordo entre as partes mediante aditamento.

12.2. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro (Revisão)

12.2.1. Os preços poderão ser revisados para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do Artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, desde que ocorram fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

12.2.2. Para a concessão do reequilíbrio, a contratada deverá formalizar pedido fundamentado junto à Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), instruindo o processo obrigatoriamente com:

- 12.2.2.1. Planilha de custos comparativa entre os preços da época da proposta e os preços atuais;
- 12.2.2.2. Documentos comprobatórios da variação dos custos (notas fiscais de compra de insumos, tabelas oficiais, etc.);
- 12.2.2.3. Parecer contábil que demonstre o impacto real e direto do evento sobre a margem de lucro originalmente pactuada;
- 12.2.2.4. Comprovação de que o fato é superveniente, imprevisível e alheio à vontade da contratada.

12.3. Das Limitações à Revisão

12.3.1. Não será concedida revisão de preços em virtude de variações ordinárias de mercado ou má gestão administrativa da contratada.

12.3.2. A Administração Municipal poderá indeferir o pedido de revisão caso os novos preços pleiteados sejam superiores àqueles praticados no mercado local, conforme pesquisa de preços atualizada.

12.3.3. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro será precedida de parecer jurídico e contábil, devendo ser formalizada por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Em conformidade com a faculdade prevista no Artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, não será exigida a prestação de garantia para a execução deste instrumento contratual.

13.2. A dispensa da garantia fundamenta-se na natureza do objeto e na ausência de riscos significativos que justifiquem a oneração da proposta financeira dos licitantes, permanecendo a Administração Municipal resguardada pelos mecanismos de fiscalização e sanções administrativas estabelecidos nas cláusulas anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROIBIÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida, sob qualquer pretexto, a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, devendo a contratada executá-lo obrigatoriamente com estrutura, equipamentos e pessoal próprios.

14.2. A vedação à subcontratação fundamenta-se na natureza técnica e sanitária do serviço de buffet, que exige controle direto e rigoroso da contratada sobre a procedência dos insumos, a higiene na manipulação dos alimentos e a qualificação da equipe de atendimento, visando garantir a segurança alimentar dos servidores e alunos da rede municipal.

14.3. A identificação de pessoal de empresa distinta ou a transferência da execução para terceiros, sem a prévia e expressa autorização da Administração (nas hipóteses excepcionais previstas em lei), caracterizará infração contratual grave, sujeitando a contratada à extinção unilateral do ajuste e à aplicação das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO

15.1 Faz parte deste contrato, o edital do Pregão Eletrônico Nº XX/2026, Processo Administrativo nº XX/2026 e seus anexos e a proposta da Contratada, como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCO

16.1. MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

16.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCO – ANEXO IX.

16.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – ANEXO IX.

16.4. A MATRIZ DE RISCOS – ANEXO IX constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União e PNPC – Portal Nacional de Contratações Públicas conforme dispõe o Art. 91, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro de PIRIPIRI, Estado do Piauí, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

18.2. Os casos omissos serão decididos pela Administração CONTRATANTE.

E por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Piripiri-PI, xxx de xxx de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Tânia Marilda de Oliveira Monteiro Lima
Secretária Municipal
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1 _____ RG/CPF _____
2 _____ RG/CPF _____



ANEXO VIII – MATRIZ DE RISCOS

Mapa de Riscos da Contratação									
	Identificação				Avaliação			Tratamento ao Risco	
	Fases ¹	Evento de Risco ²	Causas ³	Consequências ⁴	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco 6 (P)x(I)	Resposta ao Evento de Risco ⁷	Responsável ⁸
1	Planejamento	Elaboração do Termo de Referência	Falta de Conhecimento. Erro no preenchimento	Possibilidade de pagamento indevido ao contratado. Desvio do objeto do contrato. Processo Interno de Apuração de Responsabilidade	1	3	3	Revisão minuciosa do Termo de Referência.	Contratante
2	Seleção de fornecedores	Falta de fornecedores	Forma de prestação de serviço fora da realidade de mercado, com condições excessivas e desnecessárias.	Atraso na disponibilização do serviço.	1	3	3	Planejar a contratação, evitando excesso condições que restrinjam a competição	Contratante
3	Gestão do Contrato	Apresentação de documentação falsa ou vencida no ato do credenciamento.	Má fé ou inobservância da Proponente.	Contratação de empresa e/ou profissional indevidos	1	1	1	Apresentação de Documentos originais com cópias autenticadas em cartório, ou a verificação no ato do recebimento conferido com os originais. Consulta em sites de órgãos oficiais.	Contratada
4	Gestão do Contrato	Falha na conferência da documentação apresentada	Desatenção no ato da conferência dos documentos.	Contratação de empresa e/ou profissional indevidos Possibilidade de pagamento indevido ao contratado.	1	1	1	Revisão minuciosa da documentação	Contratante

				Processo interno de apuração de Responsabilidade					
5	Gestão do Contrato	Não cumprimento do prazo estabelecido para pagamento	Falta de tempo hábil para conferência e análise das faturas. Falta de recursos humanos suficientes para dar vencimento nas rotinas.	Necessidade de cautela durante a análise técnica. Trâmites burocráticos necessários durante o processo.	4	4	8	Necessidade de prorrogação do prazo estabelecido.	Contratante

1 Descrição do objeto previsto para contratação.		
2 O evento de risco incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.		
3 Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.		
4 Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.		